

TRIBUNA DA CIDADE



JORNAL DE BRASÍLIA

Soluções para os comércios locais

LUIZ ESTEVÃO

Os comércios locais têm se mostrado uma fonte constante de desafios para a comunidade do Plano Piloto. Sua destinação original era de um comércio de primeira necessidade, voltado exclusivamente para bens e serviços de uso diário familiar, como padarias, açougues, quitandas, lavanderias, farmácias etc. Qualquer morador do DF sabe, no entanto, que se esses estabelecimentos ainda existem, há muito tempo eles já não são os únicos a ocupar aqueles espaços.

Restaurantes, bares, butiques, videolocadoras, lanchonetes e tantas outras lojas que demandam maior espaço instalaram-se nas comerciais locais. Algumas por falta de melhor opção, por causa do alto preço dos aluguéis. A maioria simplesmente porque é lá, ao lado das casas de seus consumidores, que o negócio tem melhores chances de prosperar. Tais lojas fazem hoje dos comércios locais pontos de enorme atração de consumo, inclusive, de moradores de outras áreas da cidade.

O resultado é que as lojas, muito acanhadas, não acomodam o tamanho do negócio. As ocupações de áreas públicas anexas, ou vizinhas, foram o próximo passo. Com o passar dos anos, elas são uma realidade que ainda não foi encarada de frente pelas autoridades. Pelo bem da cidade, é urgente a necessidade de regularizar seu uso e co-



“Pequenos ajustes podem solucionar problemas que perturbam os

brar, dos comerciantes, o ônus correspondente à utilização do espaço que é de todos. Afinal, ninguém lucraria com a demolição indiscriminada dessas “invasões”. Normatizar a sua ocupação, isto sim, trará

moradores do
Plano Piloto”

benefícios imediatos para a comunidade vizinha às comerciais locais.

Meu projeto oferece a solução para a regularização desses espaços, fixa normas para ocupação, define valores e formas de cobrança e destina todos os recursos arrecadados para os programas de atendimento ao menor do Distrito Federal. Com a proposta, pela primeira vez será dado um passo concreto no sentido de fazer cumprir o que estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, pródigo em generosidade mas carente de verbas para implementar suas boas intenções.

O segundo projeto resolverá outro agudo problema dos comércios locais do Plano Piloto, conseqüência do rápido aumento do número de consumidores, muito acima das expectativas do plano original. A enorme quantidade de veículos provoca constantes congestionamentos, especialmente nas horas do rush. As vias são estreitas e, pela falta de vagas para estacionar, as famosas “filas duplas” complicam ainda mais o trânsito.

Cada quadra poderá autorizar a construção de um estacionamento rotativo pago, nos fundos da sua comercial local, cuja gestão ficará a cargo da própria prefeitura comunitária. A proposta atende a várias necessidades dos moradores. Permitirá o desafogo do tráfego na frente das lojas, abrindo aos lojistas a perspectiva de melhores negócios (mais empregos) com quase o dobro de vagas para estacionamento. Disciplinará e aliviará o trânsito na via frontal, já que boa parte do fluxo de carros se desviará para a parte traseira do comércio. A maior vantagem é que, além de melhorar o caótico fluxo de carros, o estacionamento oferecerá uma receita segura e desburocratizada para a realização de pequenas obras e melhorias urgentes na própria quadra.

A população do Plano Piloto habituou-se a uma qualidade de vida que não tem paralelos em outras cidades do Brasil. O traçado urbanístico desenhado por Lúcio Costa assegurou uma relação muito mais humana entre edifícios, ruas e cidadãos. Pequenos ajustes como esses podem significar a solução prática para problemas que, não resolvidos, ameaçam comprometer seriamente a tranqüilidade que esses moradores conquistaram.

■ **Luiz Estevão** é líder do PP na Câmara Legislativa